

O Projeto Ético-Político do Serviço Social e Suas Implicações na Contemporaneidade

Ethical-Political Project Of Social Work And Its Implications In Contemporaneity

Simone de Jesus Guimarães*

Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora da Universidade Federal do Piauí

E-mail: simone.guimaraes@uol.com.br

Anna Katarine Ferreira Lima Neiva**

Mestra pela Universidade Federal do Piauí

Professora da Faculdade Raimundo Sá

E-mail: kainha@gmail.com

*Endereço: Simone de Jesus Guimarães

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social. Campus Ininga, Ininga, CEP: 64049-450, Teresina, PI – Brasil.

**Endereço: Anna Katarine Ferreira Lima Neiva

Faculdade Raimundo Sá, Instituição de Ensino Superior - Faculdade Raimundo Sá. BR 316 - KM 302,5, Altamira, CEP: 64600-000 - Picos, PI – Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 25/10/2014. Última versão recebida em 15/11/2014. Aprovado em 16/11/2014.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

O presente trabalho resulta de pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo analisar o Projeto Ético-Político do Serviço Social sob a égide do Projeto Neoliberal. Neste, são tratados os elementos sócio-históricos do Serviço Social e os desafios postos para Serviço Social na Contemporaneidade face ao neoliberalismo, à reestruturação produtiva e as ideias da pós-modernidade; apresentamos o Projeto Ético-Político profissional, dando ênfase a sua origem, significados, dimensões, materialidade, embates, desafios, limites e possibilidades. Assim, a pesquisa foi realizada utilizando-se da revisão de literatura, o que possibilitou a compreensão de uma dinâmica complexa de uma sociedade que se funda na contradição, a qual interfere diretamente no trabalho profissional dos/as assistentes sociais, elegendo como premissa a identificação dos limites e possibilidades que tensionam a construção de mediações para materialização do PEP, mediante o capitalismo monopolista.

Palavras-chave: Projeto Ético-Político; Serviço Social; Projeto Neoliberal

ABSTRACT

This work is a result of literature search, it aims to analyze the Ethical - Political Project of Social Service under the aegis of the neoliberal project. In which, the socio - historical elements of social work and the challenges of Contemporary Social Work against neoliberalism, the restructuring process and the ideas of postmodernity are treated; the professional ethical-political project are presented, emphasizing its origin, meanings, dimensions, materiality, struggles, challenges, limitations and possibilities. Thus, the usage of the literature review conducted the survey and enabled the understanding of a complex dynamic of a society that is based on contradictions, which directly interferes with the job of social workers, electing as premises the identification of the limits and possibilities that tension the construction of means for materialization of the Ethical - Political Project, inserted in the monopolist capitalism.

Keywords: Ethical-Political Project; Social Work; Neoliberal Project

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca da materialidade do PEP do Serviço Social é, antes de tudo, desafiante, pela complexidade teórica e histórica que o tema revela. Tal discussão exige uma análise das relações entre o Serviço Social e o seu PEP, partindo de uma concepção sócio-histórica.

Sabe-se que o processo histórico do Serviço Social experimentou uma diversidade de alterações nas formas de atuação do/a assistente social, por vezes assumida de maneira acrítica, assistemática, seguindo, em última instância, as exigências do capital, para, depois, assumir-se pensada, refletida, posicionada a favor da classe trabalhadora e dos grupos sociais mais vulnerabilizados. Nesse mesmo processo, os princípios e valores que nortearam a profissão também se modificaram, alterando com eles a forma de inserção profissional do/a assistente social na sociedade. Atualmente, a maior expressão dessa evolução se materializa no Projeto Ético-Político profissional – o PEP do Serviço Social –, projeto profissional de caráter coletivo, que apresenta a autoimagem da profissão na sociedade brasileira e antecipa idealmente a finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e os meios para atingi-la (NETTO, 1999), o qual necessita de um sujeito dotado de meios ideais e materiais para a organização, articulação e condução dos processos sociais de trabalho aos quais se vincula. Sujeito este que tem a competência de assinalar a sua prática na direção da defesa e materialidade dos princípios e valores éticos subjacentes a esse projeto profissional.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a realizar uma análise do PEP do Serviço Social refletindo sobre as suas implicações na contemporaneidade, de modo a contribuir para a materialização do referido projeto no cotidiano profissional.

Assim, entende-se que buscar respostas a respeito do PEP do Serviço Social é uma maneira de ampliar e qualificar o debate em torno desse universo e uma forma de refletir sobre a prática profissional, a qual precisa ser repensada e revista para que suas intervenções não se restrinjam a reproduzir meros interesses das classes dominantes do país. Nesse sentido, o presente artigo tem a pretensão de trazer contribuições para o debate em torno dessa temática e contribuir com reflexões sobre o cotidiano profissional do/a assistente social nessa direção.

Para isso, num primeiro momento realizamos uma discussão sobre os significados do Serviço Social na contemporaneidade face ao neoliberalismo, à reestruturação produtiva e as ideias da pós-modernidade; em seguida, apresentamos o Projeto Ético-Político profissional, dando ênfase a sua origem, significados, dimensões, materialidade, embates, desafios, limites

e possibilidades; e, por fim, discutimos sobre os rumos ético-políticos do assistente social no contexto neoliberal.

Assim, o trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica de autores que são referência nas categorias relacionadas ao Serviço Social, ao Projeto Ético-Político e ao Projeto Neoliberal. A leitura do levantamento bibliográfico foi realizada a partir de uma perspectiva analítico-crítica para interpretação das informações e tendo por base uma abordagem qualitativa.

Considerando que se busca apreender o fenômeno em seu trajeto histórico e nas suas relações com outros fenômenos, de maneira a perceber seu processo de transformação, suas contradições e potencialidades (MARX; ENGELS, 2007), lançou-se mão do Método Dialético por levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o 'devir'; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem o objeto de estudo (MARX; ENGELS, 2007).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Significados do serviço social na contemporaneidade

No Brasil, o Serviço Social completa mais de sete décadas de história. Enquanto profissão, surge configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo no interior da divisão sócio-técnica do trabalho, inerente às contradições da sociedade capitalista industrial, sendo compreendida, especialmente, a partir do processo de reprodução das relações sociais¹. Na década de 1980 é reconhecido enquanto área de conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A profissão se insere cada vez mais no âmbito da produção de conhecimento e da pesquisa graças à enorme produção dos programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado). Atualmente o número de Assistentes Sociais, com registros inscritos e ativos nos respectivos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), gira em torno de 95.000 em todo o país (Dados do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, setembro de 2010)².

¹ Iamamoto e Carvalho (1995) coloca que a reprodução das relações sociais não se limita à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção, envolve também a reprodução da produção espiritual do modo de vida capitalista, é o que a autora chama de formas de consciência social.

² Site consultado: http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhacfesscress_seguridade_site.pdf, acessado em 27 de junho de 2013.

A requisição e necessidade do surgimento do Serviço Social, como também de diversas outras profissões, surge a partir das políticas sociais, com o objetivo principal de formulá-las e executá-las. Nesse contexto,

[...] o Serviço Social responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 75).

Sendo uma profissão regulamentada como liberal, o Serviço Social dispõe de uma relativa autonomia na condução do exercício profissional e possui um estatuto próprio (Código de Ética, Lei de Regulamentação etc.). Iamamoto (2008) lembra, contudo, que tal autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores, são esses: o Estado em suas três esferas (municipal, estadual e federal), as organizações de trabalhadores incluindo aí os movimentos sociais, o empresariado e outros segmentos organizados da sociedade civil (Organizações Não Governamentais – ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs etc.).

É nesta condição de trabalhador/a assalariado/a que o/a assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2008, p.215).

Enquanto trabalhador/a assalariado/a, mediado/a pelo mercado de trabalho, tem a compra e venda de sua força de trabalho intermediada pelo dinheiro/salário. Nesse sentido, o/a assistente social, no exercício da profissão, passa por dilemas próprios de qualquer outra profissão. Dentre esses, Iamamoto (2008) destaca a alienação, a precarização das relações trabalhistas e do próprio local de atuação, principalmente na esfera pública.

Contudo, essa relação de compra e venda não subordina a profissão aos interesses exclusivos dos compradores de sua força de trabalho. A relativa autonomia dá a possibilidade de a profissão construir um projeto profissional coletivo, que acompanhe as lutas sociais travadas pelas classes sociais.

Trata-se, portanto, de uma profissão historicamente determinada, construída no seio de relações sociais mais amplas, o que significa dizer que suas referências teórico-metodológicas, filosóficas e técnico-operativas vão sendo definidas a partir do próprio movimento histórico, associando-se a implicações de ordem ética e política. Ética, porque

supõe escolha de valores; política porque busca criar condições para a defesa desses valores. Na compreensão de Yamamoto e Carvalho (1995, p.73),

[...] a profissão deve ser considerada sob dois ângulos, enquanto expressão do mesmo fenômeno: a) como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, manifestada através do discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; b) como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais e objetivas que vão configurar a direção social adotada pela prática profissional, que tanto condiciona como ultrapassa a vontade ou consciência da/o profissional.

Yamamoto (2008) coloca que dentre os atuais desafios que devem ser enfrentados pelo Serviço Social, o maior deles seria tornar a atual direção política da profissão incorporada pelo PEP, em um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, compreendendo que a atual direção se encontra na contramão da maré neoliberal, sendo necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais.

Assim, a reafirmação do PEP depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo de formação onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação à distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.197).

A partir dessa reflexão sobre o PEP, ganha relevo o significado social da profissão significado da profissão a partir de sua condição de partícipe da divisão social do trabalho e o Assistente Social um trabalhador assalariado inserido em espaços e condições objetivas de produção e reprodução das relações sociais.

No que se refere às condições e relações atuais do exercício profissional, um conjunto de mediações conforma este processo, a saber: a precarização das condições de trabalho, a ameaça ao desemprego, o achatamento salarial, o aprofundamento do processo de pauperização, a mudança nos parâmetros legais e institucionais que orientam as relações de trabalho, o precário contrato de trabalho, a alienação no/do trabalho entre outras. Guerra (2000) afirma que estas determinações da lógica do capital interferem no *modus operandi* do exercício profissional, levando a que, em dadas situações, o Assistente Social acabe por limitar-se ao mero cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando, assim, nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional.

Conclui-se, então, que somente um profissional que possa entender as mediações e trabalhar sobre elas, referenciada por um projeto socialmente posicionado frente às relações

de classe e de poder, presentes na sociedade, será capaz de descortinar as possibilidades de defesa, de efetivação e aprofundamento dos valores democráticos na direção do atendimento aos direitos de cidadania. Isto, porque quando se fala em produção e reprodução da vida social não se abrange apenas a dimensão econômica, mas a reprodução compreendida das relações entre indivíduos, grupos e classes sociais que, veemente envolvem poder, lutas e confrontos de classes ou segmentos sociais (IAMAMOTO, 2004).

Para tanto, também é necessário que ele seja capaz de resgatar a particularidade do projeto sociopolítico de inspiração neoliberal, atualmente em vigor no mundo e, particularmente, no país, com o projeto profissional do Serviço Social, visualizando os limites e possibilidades concernentes a essa relação.

2.2 A direção social crítica do serviço social e o projeto ético-político: significados, rumos e direções

O PEP do Serviço Social, que assume essa nomenclatura desde os anos de 1990, constrói-se com base na defesa da universalidade do acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais e da democracia, em virtude, por um lado, da ampliação das funções democráticas do Estado e, por outro, da pressão de elementos progressistas, emancipatórios (NETTO, 1999). Os seus elementos norteadores têm como respaldo as prerrogativas constantes no Código de Ética profissional, o qual tem como núcleo a liberdade como valor central, “concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas (NETTO, 1999, p.104). Esse núcleo, por sua vez, implica compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

O PEP do Serviço Social, sendo um projeto profissional de caráter coletivo, apresenta a auto-imagem da profissão na sociedade brasileira e antecipa idealmente a finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e os meios para atingí-la (NETTO, 1999). Abramides esclarece que o PEP “[...] é fruto de um processo histórico de lutas pela construção de sua hegemonia e explicita contradições e matizes diferenciados de análise, em um campo plural, que combate e recusa o ecletismo e, portanto, o liberalismo” (ABRAMIDES, 2006, p. 20).

O mesmo projeto assume um caráter substantivo de hegemonia, concretizada nas dimensões que o constituem e lhe dão materialidade (NETTO, 2009). Ao afirmar a hegemonia do PEP, entende-se que este alçou aceitação e legitimação pela maioria da categoria profissional. No entanto, isto pressupõe que o mesmo não seja calcado sobre um ponto de

vista homogêneo, pois como aponta Netto (1999) “o corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (NETTO, 2009, p.145), o que não exclui a afirmação de um projeto profissional em seu interior e uma direção social hegemônica.

Nesse sentido, afirmar a hegemonia do PEP³ não significa que este esteja consumado ou que seja o único projeto profissional existente no interior da profissão. Existem outros projetos em disputa, que têm concepções e rumos diferenciados do PEP, os quais apresenta, concepções diferenciadas acerca dos princípios que norteiam a profissão que não os concebem na direção prevista pelo PEP. “A heterogeneidade própria dos corpos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes”, conforme indica Netto (2009, p.156). Além dessa característica inerente aos corpos profissionais, Netto (2009) faz referência a dois outros aspectos do PEP.

Por uma parte, ainda não se desenvolveram suficientemente as suas possibilidades – por exemplo, no domínio dos indicativos para a orientação de modalidades de práticas profissionais; neste terreno, ainda há muito por se fazer. Por outra parte, a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras [...] (NETTO, 2009, p.156).

De acordo com Netto (2009), dois elementos de ordem diversa foram essenciais para a conquista de hegemonia⁴ no interior da categoria profissional. O primeiro foi a maturidade político-organizativa da categoria, além da multiplicação e descentralização de suas entidades e de seus fóruns deliberativos. Pense-se nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS's) dos anos 1990 que expressaram um crescimento incontestável da produção de conhecimento na área e da participação massiva de assistentes sociais nesses eventos. O segundo consistiu na sintonia das linhas fundamentais do PEP com as tendências dos movimentos sociais significativos da época, as quais representavam demandas e aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros. Tal sintonia foi determinante na construção do PEP no início da década de 1990, na perspectiva do projeto de emancipação humana, conforme prescrito no Código de Ética de 1993.

³ Quando se fala na hegemonia do PEP nos referimos às três esferas que o constituem: na esfera da produção do conhecimento, com a predominância da teoria social crítica; no âmbito dos instrumentos normativos da profissão – o Código de Ética, a Lei de Regulamentação e as Diretrizes Curriculares –e, no âmbito da organização política, representada, aqui, pelas entidades representativas nacionais: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (RAMOS, 2009).

⁴ Sabe-se que a categoria hegemonia foi especialmente elaborada pelo comunista sardo Antônio Gramsci (Coutinho, 1999); para um tratamento didático da categoria, cf. Simionatto (1995, p. 37-50).

No debate sobre o PEP do Serviço Social brasileiro uma questão assume relevo: a discussão sobre sua suposta crise de hegemonia. No artigo “Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: polêmicas e desafios” (2009), Sâmya Barros apresenta uma discussão a partir de argumentos presentes em dois artigos de Braz e Netto (2007) que problematizam aspectos relacionados à continuidade da hegemonia do PEP. Para Braz (2007, p.7-8)

[...] o que põe o projeto ético-político do Serviço Social em crise é a articulação de dois problemas centrais. O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho [...].O segundo, [...] está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil [...] as condições objetivas da profissão tendem a fragmentar e a tornar corporativistas as demandas político-profissionais dos assistentes sociais.

Por sua vez, Netto (2007) indica dois níveis em que mais nitidamente se verifica o processo de inviabilização do projeto ético-político que a conjuntura vem favorecendo. O primeiro deles refere-se aos objetivos e funções profissionais. Para ele “o elenco dos objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial [...] a redução do Serviço Social à profissão da assistência configura uma enorme regressão” (2007, p. 38).

O segundo aspecto, ressaltado por Netto (2007, p.39), que inviabiliza o projeto ético-político é “o que se refere aos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício – está claro que aqui se insere, entre outros componentes, toda a problemática da formação profissional”. Sem dúvida esse é um aspecto preocupante, já referido por Braz (2007). Sobre isso, Netto afirma que “o aviltamento da formação profissional, mediante uma massificação degradada inviabilizarão o projeto ético-político” (NETTO, 2007, p.39).

Vale destacar o trabalho de Mota e Amaral, pois nesse as autoras oferecem uma valiosa contribuição ao debate quando explicitam que o PEP do Serviço Social não está em crise, mas se encontra “[...] tensionado e determinado pela crise orgânica mundial do capital” (2009, p. 54) e pela ofensividade dos mecanismos capitalistas de restauração desta crise.

Entende-se que um projeto profissional não é estático, mas produto de constantes mudanças no seio da sociedade em que diferentes projetos disputam a sua hegemonia, inclusive projetos diferentes e até antagônicos no interior da categoria profissional. Essa análise nos remete a apresentar a diferenciação entre Projetos Profissionais e Projetos

Societários, estabelecida por Netto, num artigo intitulado “A construção do projeto ético-político do Serviço Social” (1999).

Na sua análise, Netto (1999) esclarece ser impossível pensar projetos profissionais sem remetê-los a um projeto societário. Individual ou coletivamente, a ação humana alude a um projeto, que é “uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la” (NETTO, 1999, p. 02). Contudo, para Netto, só vão lhe interessar dois tipos de projetos coletivos (Projetos Societários e Profissionais). Sobre os Projetos Societários ele afirma:

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade (NETTO, 1999, p. 94).

Já os projetos profissionais são tipos de projetos coletivos que estão em constante movimento, pois, em sua relação intrínseca à realidade, ele é fruto das transformações culturais, econômicas e históricas, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam. Netto (1999, p.95) define:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

No que se refere ao PEP, há que compreender que “o projeto profissional do Serviço Social dispõe-se na contracorrente do projeto da sociedade capitalista, pois vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 1999, p.104-105). Em sua análise, Netto defende que o PEP é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos e a assinala seu caráter aberto, tendo em vista que mesmo “mantendo seus eixos fundamentais, ela (sua estrutura) é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios” (NETTO, 2009, p.155).

A direção social dada ao PEP põe em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, indicando um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. A dimensão política é enunciada claramente quando este se posiciona a favor da equidade e da justiça social, declarando-se um projeto radicalmente democrático. (NETTO, 2009). Tem relevância ainda o compromisso com a competência profissional, o fato de priorizar uma nova relação com os usuários dos serviços ofertados e a articulação com outras categorias profissionais que compartilham propostas similares e com movimentos sociais que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. Os referidos direcionamentos estão claramente expostos no Código de Ética de 1993, através de princípios que sistematizam o posicionamento e compromissos políticos da categoria. Mas, de acordo com Netto (1999, p.98), “[...] os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrições de direitos e deveres, mas envolvem escolhas teóricas, ideológicas e políticas da categoria”. Daí a importância do Código de Ética Profissional para o assistente social que pretende desenvolver uma prática voltada para a defesa do projeto ético-político profissional.

A vinculação entre o ético e o político é reconhecida como um marco na história do Serviço Social brasileiro, pós-Movimento de Reconceituação - ocorrido nos anos de 1960 - que renovou a profissão e influenciou novos caminhos ao Serviço Social na perspectiva da superação do conservadorismo e na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, oprimidos e excluídos da sociedade. Nesse contexto a ética e a política estão intimamente relacionados, pois se parte do pressuposto de que

A ética responde à pergunta “de que vale...?” (qual o valor?); já a política responde à pergunta “para onde vai...?” (qual é a intenção, qual é a finalidade?). Para responder “de que vale” é necessário responder “para onde vai”, uma vez que para onde vai implica os fins e como eles se articulam com os meios para alcançá-los, ou seja, para eu saber o valor de algo, tenho que saber a que fim ele se destina; sabendo a finalidade posso buscar os meios favoráveis à sua efetivação (SANTOS, 2006, p. 188).

Essa afirmativa, enfim, explicita a relação intrínseca entre o plano da ética e o plano da política, pois um está relacionado com a posição dos fins e o outro busca os meios para tornar ato a finalidade. Definir finalidades implica projetar e supor valores; efetivar essas finalidades impregnadas de valores supõe, então, uma decisão entre projetos diferentes, o que se caracteriza como uma decisão política (SANTOS, 2006, p. 188). Todavia, é incontestável que, “a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina

com uma direção político-profissional” (NETTO, 2007, p. 08). Ainda que compreendidos como uma unidade, ética e política não são sinônimos e seus componentes “tem naturezas ontologicamente distintas” (BARROCO, 2004, p. 35).

Esta demarcação, que tem como marco o PEP, data da década de 1990, mas como vimos, tem seus antecedentes históricos no período do Movimento de Reconceituação – movimento de contestação das bases conservadoras da profissão. Nesta época, período do Movimento de Reconceituação, o projeto profissional do Serviço Social era denominado de “projeto político profissional” (IAMAMOTO, 2004), momento em que a dimensão política⁵ já acompanhava as iniciativas de redimensionamento da profissão. No entanto, “a dimensão ética augura fundamentos históricos e filosóficos que ressignificam a direção social da profissão, invocando princípios e valores para sua legitimação sob um novo projeto do Serviço Social” (SILVA, 2010, p.50).

A maturidade teórica e política do Serviço Social, realiza-se em consonância à ampliação dos seus conhecimentos teóricos, filosóficos, éticos e políticos galgados em sintonia ao pensamento de autores modernos e contemporâneos, orientados pela ontologia de Marx e pela reflexão ética marxista, sobretudo na década de 1980. Essas influências incidirão, principalmente, na definição dos princípios e valores eleitos para o Código de Ética de 1993 e, ao mesmo tempo, incidirão as pesquisas no meio acadêmico, a docência e no enfrentamento criativo dos desafios éticos do trabalho cotidiano do profissional. Por estes vieses, Barroco (2004) sustenta a ideia de um novo *ethos* profissional para o Serviço Social na década de noventa:

A década de 1990 é significativa em termos de quantidade e de qualidade dos debates e atividades centralizadas em torno da questão ética. Se a sociedade coloca demandas para que esta questão não perca sua atualidade, a categoria por intermédio de suas entidades, locais de estudo e de trabalho, investe estrategicamente de forma a materializá-las, buscando consolidar a hegemonia do projeto ético-político profissional (BARROCO, 2004, p.37).

Como a própria natureza determina, os projetos profissionais são passíveis de alterações, renovações, revisões de sua auto-imagem (NETTO, 1999) para afirmar-se nos diversos espaços dos complexos societários. Neste sentido, a inovação do PEP do Serviço Social na sociedade brasileira não reside apenas em uma mudança de nomenclatura, registra a

⁵ A dimensão política da prática do Serviço Social só ganhou visibilidade durante o processo de ruptura vivenciado pelo Serviço Social, com a participação da profissão no debate teórico-metodológico inspirado na tradição marxista.

revisão dos documentos que sistematizam a instituição da profissão e os informam como guia para a orientação do exercício do trabalho profissional (SILVA, 2010).

No texto “Formação Profissional: trajetórias e desafios” publicado pela então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) (1996) - hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) bem como nas ideias de Iamamoto (2004), o PEP se constitui enquanto tal com os encontros e mobilizações da categoria e culminam em três documentos importantes para a profissão, os quais darão materialidade ao PEP. São eles: o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996).

A conjugação desses três documentos redimensionam substancialmente a direção social da profissão nesse contexto histórico, tornando-se referência para o debate teórico-analítico do Serviço Social, pois demarca uma escolha ético-política e teórico-metodológica do perfil profissional desejado. A Lei de Regulamentação – Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993 - “dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providencias” (CRESS, 2009, p.17); O Código de Ética⁶ – instituído pela resolução do CFESS de n.º 273 de 15 de março de 1993 – subscreve o debate da ética e os fundamentos histórico-filosóficos expressos no conjunto de valores dos onze princípios, elaborados numa lógica que os articula (BONETTI, 2007); as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social – que em termos gerais, propõem a formação de profissionais com capacidade de apreensão e inserção crítica da e na sociedade. As diretrizes pautam-se na leitura da realidade enquanto totalidade histórica e contraditória e tomam os princípios e valores emancipatórios dispostos no Código de Ética do Assistente Social como referência. Esse conjunto normativo compõe o projeto ético-político do Serviço Social (BRESSAN, 2009, p.35).

Seguindo a direção teórica de Netto (1999) e referindo-se aos “componentes que materializam o Projeto ético-político”, Braz (2001) sistematiza que estes constituem-se de elementos que podem ser apresentados sob três dimensões: a primeira remete-se a esfera teórica, ou seja, o acúmulo teórico e metodológico da profissão; a segunda é a dimensão jurídico-política sendo composta pelo conjunto de leis e demais documentos que regem

⁶ A elaboração do Código de Ética de 1993 foi tema de diversos debates e encontros da categoria; o Código vigente faz referência à dimensão normativa e ético-política da profissão, firmando um conjunto de regras jurídico-legais, “[...] na perspectiva de lhes assegurar um respaldo efetivo na operacionalização cotidiana do Código”, representa a dimensão deontológica da ética (MUSTAFÁ, 2003). Mantendo princípios que proporcionam uma articulação orgânica entre a categoria profissional e os setores mais progressistas da sociedade, o Código de 1993 é uma referência ético-política, pois baliza os valores e compromissos ético-profissionais, sendo esta a dimensão teleológica (MUSTAFÁ, 2003).

legalmente o exercício profissional; e, por último, a dimensão político-organizativa, que seria a articulação coletiva das/os profissionais e estudantes de Serviço Social através do CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Como já discutido, o PEP do Serviço Social, de inspiração marxista, caracteriza-se por um projeto profissional crítico e progressista, que difunde valores e princípios a partir do solo histórico das transformações da sociedade, terreno de sua própria construção, e se opõe ao projeto de inspiração neoliberal, que prima pela desregulamentação das conquistas, especialmente dos direitos dos cidadãos, instituídos como responsabilidade do Estado, no trânsito dos anos 1980 aos 1990. No limiar desse decênio (anos 1990), identificam-se forças sócio-econômicas dominantes, inerentes ao processo de reestruturação do capital e a globalização. Tais forças expressam o caráter conservador do projeto neoliberal e conformam o movimento internacional de fortalecimento às ideologias contrárias à efetivação dos direitos sociais. Essas forças jogam fortemente contra os avanços sócio-políticos já obtidos pela classe trabalhadora e pelo Serviço Social, como o processo de reconhecimento de direitos sociais e de construção do legado de conquistas históricas dos trabalhadores na sociedade brasileira, que foi institucionalizado na Constituição de 1988; o processo de ruptura vitalizado no seio do Serviço Social, na perspectiva de superar a visão tradicional conservadora e de materializar o Projeto Ético-Político Profissional contestador da sociedade capitalista, consubstanciados pelas correntes de pensamento marxista.

Vale ressaltar que as reformas orientadas pela ideologia neoliberal ganham significativo espaço no governo Collor de Melo, mas somente no período do governo de Fernando Henrique Cardoso é que esse processo será implantado de maneira mais eficaz. Essa cruzada antidemocrática do grande capital, assim intitulada por Netto (2009), “[...] é uma ameaça à implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra-mão da história” (NETTO, 2009, p.158).

Esse mesmo contexto de ofensiva neoliberal, marcado pelas contradições da sociedade capitalista, que reside na produção coletiva de riqueza e sua apropriação privada, nos remete a refletir sobre os rumos ético-políticos do assistente social nesse contexto neoliberal.

Todavia, é nesse contexto de desigualdade, que estão as possibilidades de uma ação profissional orientada pelos princípios e valores defendidos pelo PEP, embora o maior desafio esteja posto: objetivar esses princípios, considerando que as relações predominantes na sociedade e no espaço institucional estão profundamente marcados por valores autoritários, excludentes e discriminatórios.

2.3 Os rumos ético-políticos do assistente social no contexto neoliberal

O processo de elaboração do Projeto Ético-Político do Serviço Social se deu concomitante a profundas transformações na sociedade capitalista, num período de crise estrutural do capital em caráter global. Estudiosos como Carvalho (1992) denominam de crise da contemporaneidade ou, segundo Mézaros (2000), crise estrutural do capital.

Entre as principais características dessa crise destacam-se a queda da taxa de lucros, o esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista, uma maior concentração de capitais, graças a fusões entre empresas, a Crise do Welfare State⁷, ou Estado de Bem-Estar Social e um intenso processo de globalização, ou, para ser mais precisa, mundialização do capital.

No mundo do trabalho esse quadro traz profundas transformações. A revolução tecnológica desencadeada a partir da década de 1980, retratada através da robótica, microeletrônica, automação e biotecnologia, fez com que os modelos fordistas e tayloristas de produção dessem lugar a novos padrões, como por exemplo, o toyotismo. Palavras como flexibilidade, acumulação flexível, precarização do emprego, terceirização, ciclo de controle de qualidade (CCQ) e *just-time*, passaram a fazer parte do cotidiano dessa nova configuração de trabalho.

Como estratégia de enfrentamento desse processo de crise, o capital construiu novas formas de dominação, que agudizam ainda mais as formas de exploração dos trabalhadores. Hoje se exige um trabalhador qualificado e identificado com os interesses da empresa. A estratégia utilizada foi desarticular os principais mecanismos de organização e representação da classe proletária: seus sindicatos e partidos. Cria-se a falsa ideia de que as reivindicações trabalhistas podem ser resolvidas em mesas de negociação. Como diz Antunes (1996, p. 78):

A década de 80 caracterizou o momento mais agudo nessa história do mundo do trabalho, porque ela presenciou, de maneira simultânea, uma dupla crise: aquela que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora, acarretando metamorfoses agudas ao processo de trabalho, ao processo de produção do capital, e uma outra crise no plano da subjetividade do trabalho, que não se desvincula desta primeira, mas tem características particulares. O fato de essas duas crises terem ocorrido de maneira simultânea, mais ou menos inter-relacionadas, fez com que o movimento operário vivenciasse na década de 80 a sua mais aguda crise, que alterou a forma de ser dessa classe trabalhadora e afetou imensamente os seus organismos

⁷ “O ‘caso brasileiro’ e as rarefeitas referências a países latino-americanos assumem então as características de casos de um não desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social ou, na melhor das hipóteses, de casos particulares, anômalos, dotados de tal especificidade que dificilmente poderiam ser tomados como variantes de tendências gerais ou pelo menos típicos de outros padrões (diferentes obviamente do sueco ou do inglês) de Estados do Bem Estar Social” (DRAIBE, 1993, p.02).

de representação, dos quais a crise dos sindicatos, perceptível hoje em escala mundial, e a crise dos partidos, especialmente os partidos de esquerda, com vínculos nas classes trabalhadoras, são expressões fortes.

Uma outra estratégia está relacionada diretamente às políticas neoliberais dirigidas ao Estado. Com base nessa estratégia, nos países industrializados tem-se o declínio do Estado de Bem-Estar Social, com suas políticas sociais ampliadas, que pretendia propiciar condições de acumulação e legitimação política, o que resultou numa frágil implementação e execução de políticas sociais de atendimento à população, e o mercado ficou cada vez mais livre para negociar seus contratos, expandir-se além das fronteiras do país, vulnerabilizando a classe trabalhadora sobre maneira. No Brasil, e em diversos países da América Latina, esse modelo de Estado parece tomar forma como populismo e ter uma função de conciliador dos conflitos de classe que se expandiam pelo continente.

Nos anos de 1990 vai ganhando força o projeto neoliberal⁸, que defende a lógica da não intervenção do Estado na economia, bem como, preconiza a minimização das ações dessa instância social. Seus propósitos avançam em dimensão mundial. Yasbek (2001) esclarece que, no ideário neoliberal, as políticas sociais se ordenam e se subordinam às políticas de estabilização da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora. No caso brasileiro, em especial, tem-se, desde esses anos um modelo de Estado que reduz sua intervenção no campo social e apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos.

Todo esse quadro de mudanças também se refletiu nas formas de manifestação da questão social, que configura-se como a matéria-prima do trabalho profissional do Serviço Social. Seu agravamento é percebido quando analisamos o alastramento da miséria e das desigualdades sociais. Como consequência, também tiveram mudanças nas formas do enfrentamento dessa questão, tanto no âmbito da sociedade civil, como no Estado. A diminuição da esfera estatal na efetivação das políticas públicas tem gestado na sociedade manifestações de ajuda, que tentam suprir os efeitos perversos desse papel minimalista do governo. Dentro dessa lógica, a política social se configura como estratégia de governo que com a falácia da primazia da responsabilidade do Estado, supõe articulação com o setor privado, podendo ser concebida como arena de confronto de interesses contraditórios em

⁸ Associado à acumulação flexível o neoliberalismo é o suporte político e ideológico desse novo modelo de produção. Os efeitos dessa junção são diversos, mas servem para consolidar tanto o projeto político neoliberal, como para consolidar o modelo de produção capitalista pautado na acumulação flexível.

torno do acesso à riqueza social, na forma de parcela do excedente econômico apropriado pelo Estado.

Essa nova forma de atuação do Estado também vai se refletir no âmbito do campo de trabalho do assistente social. Vale ressaltar que, historicamente, o Estado se constitui como instância de maior empregabilidade desse profissional através das políticas sociais. Iamamoto e Carvalho (1995) esclarecem que existe um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho.

A conexão entre política social e Serviço Social no Brasil surge com o incremento da intervenção estatal, pela via de processos de modernização conservadora no Brasil (BEHRING, 2003), a partir dos anos 1930. Essa expansão do papel do Estado, em sintonia com as tendências mundiais após a grande crise de 1929, mas mediada pela particularidade histórica brasileira, envolveu também a área social, tendo em vista o enfrentamento das latentes expressões da questão social, e foi acompanhada pela profissionalização do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.13).

No contexto de crise contemporânea do capital, que se materializa por meio do projeto neoliberal, o Estado tende a flexibilizar direitos, indo de encontro a estes, em nome da racionalização e modernidade, privatizando o Estado, ou melhor, transferindo para a sociedade a responsabilidade de buscar soluções para as sequelas sociais. Delinea-se uma conjuntura de desemprego e precarização das relações de trabalho num cruel e ofensivo processo de mundialização do capital⁹, caracterizado pela concentração de renda e desigualdade social.

Tal realidade, de mundialização da economia e consequente redimensionamento do papel do Estado, trás implicações negativas para o cotidiano do assistente social e o mercado de trabalho desse profissional. Isto, porque tais profissionais também sofrem

[...] impactos nos seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, especialmente pela crescente tendência de precarização dos seus contratos. Além de terem suas condições de trabalho precarizadas, pelo rebaixamento salarial, pelas condições físicas de trabalho etc, os profissionais tiveram sua demanda ampliada e complexificada, pois é o Estado que através das políticas sociais atende às necessidades da classe trabalhadora que com as condições de trabalho e vida precarizadas busca, na intervenção estatal respostas às suas demandas. Nessa

⁹ Na atualidade configura-se como um fenômeno de reafirmação do modo capitalista de produção, em grande medida, dirigindo-se para a emergência de uma única ordem econômica mundial, consolidada pela financeirização e a internacionalização de capitais, estando diretamente ligado ao processo de acumulação do capital. A mundialização econômica promoveu o acirramento da competitividade entre países, acentuou as desigualdades e intensificou a concentração de renda com a escalada desenfreada da especulação financeira, atingindo as esferas: econômica, política, social e cultural (NEGRI, 2011, p. 47).

perspectiva as políticas sociais, locus de atuação dos assistentes sociais, também sofrem com as precarizações do trabalho, ocorrendo uma ampliação de demanda pelo atendimento, ficando assim fragilizadas nas formas de acesso, gestão e investimentos especialmente no que se refere ao financiamento nas esferas Municipais e Estaduais (LEGRI, 2011, p. 34).

Compreender o contexto de transformações no mundo do trabalho é fundamental à categoria profissional, para que possam redimensionar e redefinir a função social da profissão, buscando construir respostas às expressões da questão social, através de um exercício profissional crítico, o qual possibilita a instituição de uma intervenção pautada na garantia dos direitos e na ampliação da cidadania, articulando-se com os interesses da classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o PEP é articular uma dupla dimensão, de um lado, as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2002, p. 19). De acordo com Guerra (2000, p.11):

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam em intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevem nos campos dos valores universais (éticos morais e políticos). Mas ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teóricos metodológicos e princípios ético-políticos.

Entende-se que as demandas e requisições que se apresentam cotidianamente aos profissionais, em exercício, são resultados de uma dinâmica complexa de uma sociedade que se funda na contradição. Desta feita, respostas profissionais meramente instrumentais não dão conta dessa complexidade. Não ultrapassam a aparência nem busca desvelar a essência dos fenômenos que se apresentam em sua singularidade, como explica Guerra (2000). O que nos leva a afirmar que o desafio maior é, pois, traduzir o PEP do Serviço Social em realização efetiva no âmbito em que se realiza o trabalho do assistente social.

Em suma, efetivar esse Projeto Ético se coloca como um desafio à categoria, tendo em vista as dificuldades gestadas pela ordem capitalista e do projeto neoliberal, o qual está na contramão da materialização do PEP. A defesa dos princípios do PEP e, particularmente, dos

princípios do Código de Ética deve estar presente nas práticas rotineiras do assistente social. Tal postura requer uma compreensão das contradições que se apresentam muitas vezes fetichizadas, no exercício cotidiano da prática profissional. A literatura comumente aponta como exemplos de aproximação com o projeto hegemônico da categoria, a participação e envolvimento nas discussões e nos movimentos de constituição efetiva dos direitos sociais na vida da população trabalhadora e pobre.

Assim, diante de uma prática profissional que busca se efetivar pautada no PEP da profissão, ou seja, pautada no compromisso profissional e respeito aos usuários de seus serviços, identificam-se neste trabalho as dificuldades postas pela ideologia neoliberal, pela desigualdade advinda do capital e do trabalho, presente em todas as frentes de trabalho. As referidas determinações repercutem nas/os profissionais, dentre eles/as os/as de Serviço Social, o que dificulta a materialização de um projeto profissional que visa melhores condições de vida e de trabalho para a classe trabalhadora, caso do PEP. Assim, não somente a formação universitária, organização e mobilização da categoria, posição política, teórica e ideológica assumida pela/o assistente social apresenta-se como suficiente para materialização deste projeto profissional, mas também as condições objetivas no contexto histórico, ou seja, determinantes relativos tanto às condições materiais de reprodução da força de trabalho das/dos assistentes sociais, relações trabalhistas, como também aspectos ligados à consciência classista¹⁰ dos mesmos (SILVA, 2011), visto que, como trabalhadores, os assistentes sociais sentem os reflexos da chamada reestruturação produtiva, sucumbindo, muitas vezes, aos processos deterministas do capital. É mister finalizar, refletindo porém que, “passo que o capital avança, faz-se necessário e urgente, solidificar uma ação ética (enquanto ciência) e política (enquanto movimento) na contracorrente, sem esquecer-se da nossa vinculação ao grande capital” (MARIANO, 2010). Isto, na perspectiva de avançar quando possível e recuar quando necessário. “O Projeto Profissional é certamente um desafio, mas não uma impossibilidade: o que se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível, que encobre as possibilidades de os homens construírem sua própria história.” (Iamamoto, 2000).

¹⁰“Edward Thompson, em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, faz uma análise bastante interessante acerca das origens do proletariado na Inglaterra no século XVIII. Mas também busca compreender a formação cultural e principalmente o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores. Essa compreensão parte de uma análise histórica, no qual o mesmo aponta que tanto uma classe social, quanto a sua consciência classista parte de uma construção histórica, gestada a partir das suas experiências. “Se lembrarmos que classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira” (THOMPSON, 2010, p.11). Para ele, é a experiência que se produz no corpo a corpo da luta e da materialidade da vida que desenvolve a consciência de classe, e esta se estrutura e se desenvolve no âmbito das ações coletivas, e não na esfera do indivíduo, pois é o ser social que se torna determinante na formação da consciência classista” (HIRO; SOUZA, 2012, p. 5).

REFERÊNCIAS

ABESS. Formação Profissional: Trajetórias e desafios. In: **Cadernos ABESS**, nº 07. São Paulo: Cortez, 1996.

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social**. 2006. 426 p. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-09-14T13:00:18Z-2494/Publico/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf> Acesso em 11 nov. 2012.

ANTUNES, R. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n.50, p.78-86, abr. 1996.

BARROCO, M. L. A inscrição da ética e dos Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 79. São Paulo: Cortez, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. 211 p.

BONETTI, D. A. (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis** /. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 231 p. ISBN: 9788524906312.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: **Coletânea de leis e Resoluções**. CRESS, 7ª região. Rio de Janeiro, 2001.

_____. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Revista Inscrita** nº 10. Brasília, CFESS, 2007.

_____; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília. 2009.

BRESSAN, C. M. F. **Formação, emancipação humana e o projeto ético-político do Serviço Social**. 2009. 125 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ppgedu.upf.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D76&ei=a4gAU8a1FpHmkAfrx0HoDQ&usg=AFQjCNHEUJMza5o6jPXZpFs9a-tG4uAyKQ&sig2=8z7gECOhUmo7Pg9J7XBpnA&bvm=bv.61535280,d.eW0> Acesso em 15 jan. 2014.

Colóquio Internacional Marx e Engels, 7., 2012, Campinas. Anais eletrônicos. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6538_Hiro_Cassio.pdf> Acesso em 10 ago. 2013.

COUTINHO, C. N. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DRAIBE, S.M. **Welfare State no Brasil: desafios e perspectivas**. Caderno de Pesquisa do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas -NEPP. n.08. 1993. Campinas-SP: UNICAMP.

GUERRA, Y. A. D. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, v. 4, p. 53-63, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEGRI, F. L. **O exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho: ensaios sobre sua inserção no Sistema único de Assistência Social**. 2011. 246 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94915/289306.pdf?sequence=1>>
Disponível em: 11 dez. 2013.

MARIANO, V.A; **O avanço neoliberal no contexto do serviço social: o projeto ético-político enquanto instrumento de defesa**. Sem. de Saúde do Trabalhador de Franca Sep. 2010. Disponível em:
<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100041&script=sci_arttext> Acesso em 12 fev. 2014.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Projeto Profissional e Projeto Societário. In: **Revista Inscrita**, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ano 8, n. 12, p. 49-55, 2009.

MUSTAFÁ, A. M. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social. In: **Revista Presença Ética**. N. 03. Recife, 2003.

MESZÁROS. A crise estrutural do capital. In: **Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 4. 2000.

NETTO, J. P. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Mod. 1. Brasília, CEAD, 1999.

_____. Das ameaças à crise. In: **Revista Inscrita**, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ano 7, n. 10, p. 37-40.

_____. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. – 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAMOS, S. R. Ponencia presentada en el XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional**. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. 2006. 251 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 19. , 2009, Guayaquil-Ecuador: Universidad Católica Santiago de Guayaquil, 2009. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-19-programa.pdf> > Acesso em: 12 set. 2013.

SILVA, S. S. **O processo de materialização do projeto ético-político do serviço social no trabalho do assistente social**. 2010. 154 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

SILVA, S. S. **Projeto Ético-Político e consciência de classe: uma relação dialética**. 2011. 174 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez/UFSC, 1995.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social**. Temporalis: ABEPSS, ano III, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.